

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA
PRÓ-REITORA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA EPT**

MANOEL PEREIRA LIMA FILHO

**EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO PARTE DO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL**

CABEDELO - PB

2022

MANOEL PEREIRA LIMA FILHO

**EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO PARTE DO PROCESSO DE ENSINO E
APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Docência para EPT.

Orientador: Prof. Ma. Rossane Keile Sales da Fonseca.

CABEDELO - PB

2022

Dados Internacionais de Catalogação – na – Publicação – (CIP)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB

L732e Lima Filho, Manoel Pereira.

Educação Previdenciária como Parte do Processo de Ensino e Aprendizagem no Ensino Médio Profissional. / Manoel Pereira Lima Filho. – Cabedelo, 2022.
35 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – IFPB.

Orientadora: Profa. Ma. Rossane Keile Sales da Fonseca

1. Direito previdenciário. 2. Educação profissional. I. Título.

CDU 37.035.3:349.3

FOLHA DE APROVAÇÃO

MANOEL PEREIRA LIMA FILHO

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO PARTE DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO PROFISSIONAL

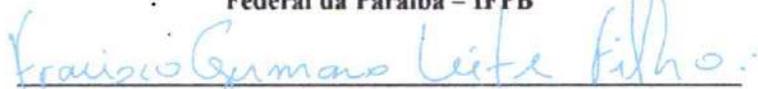
Trabalho de conclusão de curso elaborado como requisito parcial avaliativo para a obtenção do título de especialista no curso de Especialização em Docência EPT, campus Cabedelo, e aprovado pela banca examinadora.

Cabedelo, 07 de Abril de 2022.

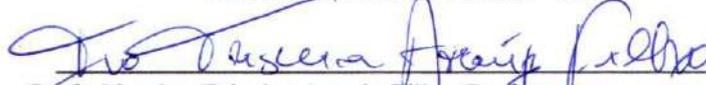
BANCA EXAMINADORA



Prof. M.s Rossane Keile Sales da Fonseca (Orientador)
Federal da Paraíba – IFPB



Prof. M.s Francisco Germano Leite Filho (Examinador Interno do IFPB)
Instituto Federal da Paraíba – IFPB



Prof. M.s Ivo Teixeira Araujo Filho (Professor externo convidado)
SEE-PB

AGRADECIMENTOS

A Prof^a. Rossane Keile, a Coordenação do Curso e a todos que de alguma forma contribuíram com esta conquista.

RESUMO

Considerando a importância do processo educacional na preparação dos indivíduos para a vida e a necessidade de entendermos a dinâmica pedagógica, este estudo teve como objetivo investigar a percepção dos estudantes do curso Técnico em Edificações (IFPB) em relação à implementação do tema Educação Previdenciária como estratégia pedagógica nas salas de aula do ensino profissional. Assim, foram utilizadas informações sobre a percepção de 15 estudantes, adquiridas por meio de questionários com perguntas objetivas. A metodologia utilizada foi uma pesquisa qualitativa do tipo pesquisa-ação. Os resultados indicaram que os alunos consideram importante incluir o tema Educação Previdenciária nas atividades realizadas em salas de aula, isto é, entendem que o tema é relevante para a dinâmica pedagógica. Do mesmo modo, enxergam o tema como mecanismo capaz de conduzi-los ao exercício da cidadania e a uma melhor qualidade de vida no futuro. O trabalho contribui provocando os estudantes a refletirem sobre alguns aspectos, como o exercício da cidadania e o planejamento para as incertezas da vida, assim como, coloca em evidência o debate sobre a importância de incluir a Educação Previdenciária cada vez mais cedo na realidade escolar dos indivíduos e explora possibilidades para se abordar o tema em sala de aula.

Palavras Chave: Cidadania. Educação. Educação Previdenciária. Ensino Profissional. Proteção Social.

ABSTRACT

Considering the importance of educational process in the preparation of individuals for life and the need for understanding the pedagogic dynamics, the present study is aimed to investigate the perception of students of the Building Technician Course (IFPB) in relation to the implementation of the theme Social Security Education as a pedagogic strategy in the classrooms of professional education. This way, there was used information about the perception of 15 students, acquired by means of questionnaire with objective questions. The used methodology was a qualitative research of action research type. The results indicated that students consider important to include the theme Social Security Education in the activities developed in the classrooms, that is, they understand it is a relevant theme for pedagogic dynamics. In the same way, they see the theme as a mechanism able to conduct them to the exercise of citizenship and a better quality of life in the future. The paper contributes by provoking the students to reflect about some aspects, such as the exercise of citizenship and the planning for the uncertainties of life. Also, it highlights the debate about the importance of including Social Security Education earlier and earlier in the school reality of individuals and it explores possibilities to approach the theme in classroom.

Keywords: Citizenship. Education. Social Security Education. Professional Education. Social Protection.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA.....	11
2.1 Educação previdenciária e educação financeira	11
2.2 Educação previdenciária como estratégia de transversalidade	14
3 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CIDADANIA	18
4 METODOLOGIA	20
5 RESULTADOS DA PESQUISA	24
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30
APÊNDICES.....	34

1 INTRODUÇÃO

Em 2019, de acordo com o ministério da economia o Brasil se encontrava com 57,73 milhões de brasileiros em situação de pobreza, isto é, o rendimento por pessoa de cada família deste grupo era igual a meio salário mínimo, o que implica dizer que 28% (mais de um quarto) da população brasileira se encontrava em situação de vulnerabilidade social naquele ano. Neste cenário, propõe-se uma reflexão em dois aspectos.

Primeiro, sobre a importância que o sistema previdenciário brasileiro representa como mecanismo de proteção social e de combate às desigualdades. Com base nas informações apresentadas pelo ministério da economia, em 2019, o sistema de proteção social brasileiro retirou 32,46 milhões de pessoas da vulnerabilidade social através da manutenção de benefícios, pois, se não fossem benefícios como o seguro desemprego, as aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada – BPC, o Brasil teria 90,20 milhões de brasileiros em situação de pobreza.

Em segundo lugar, é perceptível que ainda existem pessoas socialmente desprotegidas, isto é, excluídas no que se refere à proteção social, uma vez que no mesmo período (2019) 4,2 milhões de brasileiros tiveram os pedidos de benefícios negados, conforme o ministério da economia. Desta forma, evidencia-se que num cenário de entrada de novos benefícios no sistema (pedidos concedidos) segundo requisitos legais, isso acarretaria numa retirada de pessoas ainda maior da vulnerabilidade social. Sendo assim, conclui-se que a existência de proteção em relação à legislação não basta, é preciso que ela seja efetiva.

Segundo a literatura, são vários os fatores que levam a não concessão de benefícios (não aprovação) e a exclusão de pessoas da proteção previdenciária no Brasil, ou seja, a proteção fica apenas no plano legal, não se efetivando de fato. Como exemplo, pode-se citar a linguagem previdenciária complexa e a informalidade, estando ambos os fatores relacionados de alguma forma com a educação do candidato a beneficiário, no sentido de o indivíduo não possuir conhecimento mínimo necessário que lhe coloque em condições de compreender a realidade previdenciária e ao mesmo tempo de conduzi-lo ao exercício da cidadania.

Neste contexto, enquanto a complexidade da linguagem previdenciária exige do indivíduo capacidade mínima de compreensão de informações relacionadas aos benefícios, a informalidade revela a ausência de conhecimento por partes dos trabalhadores sobre a importância e os benefícios trazidos pelas contribuições previdenciárias (MATOS, 2012). Como reconhece Matos (2012), a linguagem previdenciária é complexa e não é acessível a

todos, pois é particularmente técnica, o que dificulta a compreensão de alguns indivíduos no momento de efetuar suas contribuições ou de solicitar benefícios junto aos órgãos públicos.

Para Berwanger (2014), o conhecimento deve ser considerado um direito que vem muito antes do próprio benefício, uma vez que este depende daquele para que seja de fato efetivo, ou seja, não tenha a sua existência pautada apenas na legislação, mas que seja implementado efetivamente na realidade do cidadão.

Paralelo a isso, temos a realidade do analfabetismo funcional brasileiro, que é a dificuldade do indivíduo em trazer (aplicar) a leitura, a escrita e o conhecimento dos números para situações práticas do dia a dia. Para se ter uma visão mais clara desta realidade, durante a Conferência Nacional de Educação (2021) constatou-se que 29% (mais de um quarto) da população brasileira se encontrava em situação de analfabetismo funcional em 2018, o que coloca em evidência as dificuldades que estas pessoas encontrarão para poderem exercer a cidadania, inclusive ter acesso à proteção social no que tange à benefícios previdenciários e assistenciais.

Neste cenário, fica claro a importância da educação do cidadão, especificamente da educação previdenciária no combate à exclusão e como processo capaz de conduzi-lo ao exercício da cidadania e a proteção social de forma efetiva. Como nos lembra Berwanger (2014), os indivíduos que dependem do serviço público brasileiro, inclusive os que possuem ou pretendem obter proteção social através de cobertura previdenciária, em sua grande maioria são pessoas carentes de informações relacionadas aos próprios direitos e/ou benefícios.

Considerando a importância e a necessidade de ações visando conscientizar a sociedade em relação aos seus direitos e deveres enquanto cidadãos, o poder público tem colocado em prática algumas estratégias educacionais, como a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e o Programa de Educação Previdenciária (PEP) vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Estas iniciativas buscam o fortalecimento da cidadania por meio da disseminação de informações sobre a previdência e o sistema financeiro, tendo como público alvo crianças, jovens e adultos.

Desta forma, considerando a educação previdenciária como processo capaz de conduzir o indivíduo ao exercício da cidadania e a importância de uma melhor compreensão no que diz respeito ao que pensam os alunos em relação aos conteúdos abordados nas atividades de ensino, dado que isso proporciona a troca de informações entre as pessoas envolvidas na prática pedagógica e contribui para a reavaliação das práticas docentes, viu-se a necessidade de analisar através deste trabalho como os alunos enxergam a implementação do tema educação previdenciária em sala de aula. Vale destacar, que refletir sobre a educação previdenciária ainda

contribui na formação dos alunos visto que provoca reflexões quanto aos seus direitos enquanto cidadãos, uma vez que a previdência constitui um dos direitos sociais garantidos na constituição.

Outro ponto a ser colocado, é que estudar o tema Educação Previdenciária no contexto do processo de ensino e aprendizagem contribui ainda no campo da pesquisa, na medida que é possível inovar no sentido de explorar novas frentes, projetos e novas perspectivas para se trabalhar a educação previdenciária em conjunto com as diversas áreas do conhecimento, como demografia, estatística e matemática financeira. Como destaca Morin (2003), precisamos trabalhar numa educação que seja capaz de conduzir o indivíduo a uma capacidade de raciocínio que lhe permita articular as questões sociais e seus contextos, isto é, a integração e a contextualização dos saberes.

Com este propósito, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa por meio de questionários online via plataforma Google Forms, com o objetivo de responder a seguinte pergunta que orienta este trabalho: qual a percepção dos alunos do Curso Técnico em Edificações do IFPB – Campus Itaporanga em relação à implementação do tema Educação Previdenciária no processo de ensino e aprendizagem do ensino médio profissional?

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo analisar a percepção dos alunos do Curso Técnico em Edificações (IFPB) quanto à Educação Previdenciária como estratégia pedagógica no ensino médio profissional. Como meio para chegar ao objetivo e responder à pergunta que orienta este trabalho, ainda buscamos identificar e discutir ações educacionais existentes no âmbito nacional que envolvam a educação previdenciária com foco no público jovem, apresentamos o que diz a literatura a respeito da educação previdenciária como produto educacional, assim como investigamos a educação previdenciária como instrumento necessário para o exercício da cidadania.

O estudo foi organizado da seguinte forma: na primeira seção será discutida a educação previdenciária como estratégia pedagógica, analisando a educação previdenciária e financeira e refletindo sobre a educação previdenciária no contexto da transversalidade dos conhecimentos na educação básica; na segunda seção será abordada a educação previdenciária no contexto da cidadania, e na quarta, quinta e sexta seção, serão apresentados os procedimentos metodológicos, os resultados e as considerações finais do estudo, respectivamente.

Portanto, esta investigação permitiu provocar reflexões nos estudantes em relação ao planejamento para o futuro e ao exercício da cidadania, debater perspectivas para se trabalhar conteúdos em sala com o tema Educação Previdenciária, fomentar o debate sobre a importância

de trazer o tema para as etapas iniciais da educação das pessoas e verificar que os alunos estão abertos a participarem de atividades envolvendo o tema.

2 A EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

2.1 Educação previdenciária e educação financeira

Num aspecto geral, este trabalho tem como objeto de estudo a educação, e especificamente tem-se a educação previdenciária, portanto, inicialmente é importante a compreensão do conceito de educação.

De acordo com a lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB (1996, p. 1), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Pode-se considerar então, que o conceito de educação se apresenta de forma ampla, considerando o desenvolvimento do indivíduo em vários aspectos, que de forma geral consiste na plenitude do seu desenvolvimento (SIEGEL, 2012).

Avaliar cada situação no cotidiano da melhor forma possível é o caminho para que as pessoas possam manter o foco nos seus objetivos e fazerem escolhas que reflitam positivamente nas suas vidas. Para isso, é necessário pensar criticamente sobre a realidade a sua volta, observando e organizando as ideias antes de tomar decisões. Desta forma, oferecer uma educação financeira aos estudantes não consiste apenas em transferir conhecimentos relacionados a finanças, mas também em provocá-los a refletirem criticamente sobre como o seu comportamento pode impactar pessoas do seu grupo social, tanto no presente como no futuro (DANTE, 2018).

De acordo com o Banco Central do Brasil - BCB (2021), entende-se por educação financeira o instrumento capaz de transformar o indivíduo no sentido de conduzi-lo ao entendimento de cenários que envolvem escolhas e riscos financeiros, ao mesmo tempo que coloca ao seu alcance habilidades e conhecimentos que lhe conduz tanto a satisfação quanto a segurança financeira. Como um dos resultados proporcionados pela educação financeira, o BCB aponta o letramento financeiro. Em relação ao letramento financeiro, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) destaca que se trata de uma competência importante e indispensável para o público jovem. Segundo a OCDE, o letramento financeiro para jovens pode ser conceituado da seguinte forma,

O conhecimento e compreensão dos conceitos e riscos financeiros, e as habilidades, motivação e confiança para aplicar esse conhecimento e compreensão a fim de tomar decisões eficazes em uma variedade de contextos financeiros, melhorar o bem-estar financeiro dos indivíduos e da sociedade e permitir a participação na vida econômica (OECD, 2015, p. 9, tradução nossa).

Sendo assim, pelo que foi apresentado, através da educação financeira o indivíduo encontra a possibilidade de compreender cenários complexos que envolvem escolhas e riscos financeiros, alcançando ainda o letramento financeiro, isto é, adquire habilidades no processo educacional que lhe torna apto a tomar decisões em cenários envolvendo variáveis financeiras.

Como destacado por Kistemann e Sousa (2021), a educação financeira possui um caráter interdisciplinar, uma vez que mobiliza diversos saberes, incluindo conhecimentos relacionados à estatística, sociologia e probabilidade. Sendo assim, entendendo que diariamente o mundo nos coloca diante de problemas cada vez mais multidisciplinares e transversais, é essencial que a educação nos conduza a capacidade de entendermos as problemáticas no seu conjunto e contexto (MORIN, 2003).

Como demonstra Morin (2003, p. 13) no seu trabalho sobre a reforma do pensamento,

Há inadequação cada vez mais ampla, profunda e grave entre os saberes separados, fragmentados, compartimentados entre disciplinas, e, por outro lado, realidades ou problemas cada vez mais polidisciplinares, transversais, multidimensionais, transnacionais, globais, planetários.

Como foi exposto, a educação financeira tem o objetivo de contribuir com a educação do indivíduo lhe proporcionando capacidade decisória em problemas no cotidiano que envolvem contextos financeiros, entretanto, além da capacidade de tomar decisões no tocante à variáveis financeiras a educação financeira ainda proporciona ao indivíduo a oportunidade de exercer a sua cidadania. Sendo assim, com o propósito de promover a cidadania o BCB implementou o conceito de cidadania financeira, que segundo a instituição consiste no exercício de direitos e deveres que levam as pessoas a administrar melhor as suas riquezas.

Contudo, BCB destaca que para o efetivo exercício da cidadania financeira e gerenciamento de riquezas, se fazem necessários fatores como a inclusão financeira, educação financeira, proteção do consumidor e o planejamento. Vale destacar, que o planejamento implica em tomar decisões no presente com o objetivo de interferir no futuro, reduzir incertezas e obter previsibilidade em relação a riscos como, sociais, financeiros e previdenciários.

De acordo com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC (2021), a educação previdenciária faz parte do planejamento de longo prazo das pessoas e tem como meta a proteção financeira com a aposentadoria. Para o Instituto SEBRAE de Seguridade Social - SEBRAE PREVIDÊNCIA (2012), a educação previdenciária é um dos aspectos fundamentais da educação financeira, pois como produto educacional permite uma melhor compreensão por parte das pessoas acerca da proteção financeira futura.

Ainda em relação à educação previdenciária, a PREVIC destaca a sua importância a partir de dois aspectos. Primeiramente, a entidade reconhece a dificuldade por parte dos indivíduos em realizar escolhas (tomar decisões) racionais no presente quanto às questões financeiras e previdenciárias, que no longo prazo (no futuro) irão refletir na sua segurança financeira, especialmente no momento em que estiverem na inatividade laboral.

Em segundo lugar, a entidade (PREVIC) apresenta alguns fatores que coloca em evidência a importância de discutirmos o tema educação previdenciária na sociedade brasileira, como a realidade das mudanças econômicas e demográficas, que neste último caso implica no aumento da expectativa de vida do brasileiro e na redução da taxa de fecundidade, refletindo no crescimento da população idosa.

No Brasil, consideram-se idosos às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de acordo com o Art. 1º da lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 (Brasil, 2018). Segundo os estudos (projeções) da PREVIC, a população brasileira com idade superior a 65 anos passará de 20,2 milhões de pessoas em 2020 para 57,81 milhões no ano de 2060, o que representa um crescimento de 37,61 milhões de pessoas na população idosa neste intervalo de tempo.

Neste contexto, num cenário de aumento da expectativa de vida e de incertezas econômicas, é necessário dar ênfase à importância dos indivíduos estarem preparados economicamente para o futuro, já que neste momento da vida encontram-se em situação de inatividade laboral, sendo desta forma imperativo que disponham de segurança financeira. Nesta linha, segundo a literatura uma das maneiras dos indivíduos se prepararem para as incertezas que o futuro lhes traz e fazerem frente a esta realidade é através da educação previdenciária, que tem como objetivo proporcionar ao indivíduo conhecimentos relacionados à realidade previdenciária e às suas necessidades futuras, além de oferecer capacidade de planejamento.

Diante do que foi apresentado nesta seção, pode-se concluir que a educação financeira cumpre seu papel possibilitando que os alunos reflitam sobre os reflexos das suas ações, assim como, conduz as pessoas à segurança financeira, à capacidade de tomar decisões, e à compreensão de cenários que envolvem variáveis financeiras. Em contrapartida, como produto

educacional, a educação previdenciária se apresenta como ferramenta fundamental para o planejamento de longo prazo, permitindo com que os indivíduos se preparem para momentos de incertezas, como períodos de mudanças econômicas, demográficas e de inatividade laboral, momentos em que precisarão de proteção financeira. Apresentados os conceitos e características importantes da educação previdenciária e financeira, será analisada adiante a educação previdenciária no contexto da transversalidade dos conhecimentos na educação básica.

2.2 Educação previdenciária como estratégia de transversalidade

De acordo com o Ministério da Educação (2019), iniciativas envolvendo temas transversais na educação não é uma coisa inédita, entretanto, foi a partir de 1996 que de fato estas iniciativas apareceram no sistema de educação brasileiro por meio de uma recomendação nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Inicialmente, com a publicação de fato dos PCNs em 1997 surge os denominados temas transversais, sem vínculo obrigatório com alguma legislação ou norma, isto é, como uma recomendação. Foram seis temas recomendados, Saúde, Ética, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente e Trabalho e Consumo.

Ao contrário dos PNCs, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) publicadas em 2013 se apresentaram como normas de caráter obrigatório, constando em seus conteúdos referências aos temas transversais. Finalmente em 2017/2018, foi publicada a versão final da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), colocando em evidência à atualidade e relevância dos temas transversais, que agora passariam a se chamar de Temas Contemporâneos Transversais (TCTs). Na BNCC, os TCTs são regidos por marcos legais específicos, sendo considerados temas essenciais, indispensáveis e uma referência obrigatória para a Educação Básica em todo o território nacional. Sendo assim, atualmente a BNCC traz 15 Temas Contemporâneos, entre eles estão Educação Financeira, Educação Fiscal e Trabalho.

Neste contexto, o Ministério da Educação (2019, p. 18) destaca que “os Temas Contemporâneos Transversais (TCTs) são assim denominados por não pertencerem a uma disciplina específica, mas por traspassarem e serem pertinentes a todas elas.” Desta forma, os TCTs não implicam em uma disciplina específica, mas sim em temas que dialogam (conversam) com várias disciplinas de forma contextualizada.

Para o Ministério da Educação (2019), os TCTs têm por objetivo despertar os alunos para as demandas da sociedade atual, como realizar planejamento financeiro, entender sobre seus

direitos e deveres, e pensar sobre a situação do planeta em que vivemos. Entretanto, de acordo com a entidade, para que os TCTs logrem êxito no seu objetivo é necessário a contextualização dos conteúdos de tal forma que consigam tirar os alunos da inércia e trazer o seu interesse à tona. Prigol (2020, p. 48) coloca em evidência o papel da contextualização dos conteúdos no contexto dos TCTs,

Uma das palavras-chave dos TCTs é a contextualização, a possibilidade de se trabalhar o conteúdo de maneira integrada e colocar o estudante como protagonista, utilizando também suas experiências no processo de aprendizagem e preparando-o para que atue na sociedade em que vive e seja cidadão planetário.

Neste sentido, acredita-se que o espaço escolar através da construção de saberes é um ambiente capaz de conduzir o indivíduo ao entendimento das demandas sociais atuais, a preparação para o trabalho, a reflexão sobre direitos e deveres e a compreensão da complexidade do mundo. É nesta perspectiva que a educação previdenciária dialogando com as diferentes áreas do conhecimento (nos conteúdos em sala de aula) pode contribuir com a educação dos jovens, permitindo com que eles compreendam as incertezas da vida, exerçam a cidadania e se preparem para o futuro.

Scziminski e Arruda (2015, p. 34199) refletindo sobre a importância de uma educação previdenciária presente nas salas de aula concluem,

Desenvolver uma educação que promova reflexões sobre o futuro e contribua no sentido de ensinar a criança desde a tenra idade sobre para que serve a previdência, no sentido de prevenir, antecipar o futuro, compreender a limitação humana em relação ao ciclo da vida, é de extrema importância porque diz respeito à reforma do pensamento humano para se educar para a vida.

Junior (2017), no seu trabalho sobre as relações da matemática com a educação previdenciária reconhece que o tema educação previdenciária ainda é pouco debatido dentro e fora das redes de ensino básico (nas salas de aula), e destaca que o tema é uma ferramenta importante para que possamos enfrentar situações trazidas por uma vida longa, no que se refere à proteção financeira, como doenças e dificuldades para participar (no futuro) ativamente do mercado de trabalho. Paralelo a isso, o Ministério da Educação (2019) destaca algumas das contribuições que os TCTs proporcionam à sociedade, como a eliminação das desigualdades econômicas, a formação cidadã e o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

Para Siegel (2012), os temas transversais são o meio para uma educação que busca a formação cidadã dos alunos, estando orientados por princípios como a dignidade da pessoa

humana, igualdade de direitos, participação e corresponsabilidade pela vida social. Neste contexto, analisando os caminhos da transversalidade na educação, incluindo a sua retrospectiva histórica e a legislação nacional brasileira pertinente, é possível identificar questões e princípios que norteiam o currículo e a educação, como a liberdade, a solidariedade e a cidadania (PRIGOL, 2020).

Por outro lado, em relação à Educação Profissional que é o foco deste estudo, no Art. 3º da RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1 de 5 de janeiro de 2021 (Brasil, 2021), que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica (DCNs), encontram-se os seus princípios norteadores com várias orientações, entre elas estão o respeito ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo assim, com foco no público jovem, existem alguns programas e ações que procuram disseminar o conhecimento previdenciário com o objetivo de contribuir com a sua preparação para o exercício da cidadania, para a vida e para o futuro. Na figura 1, serão mostrados alguns programas e ações existentes.

Figura 1 - Programas e ações

Educação Previdenciária para Jovens - Ações

- Programa de Educação Previdenciária - PEP/INSS
- Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF
- Educação Financeira nas Escolas - AEF (Brasil)
- Programa "Aprender Valor" do Banco Central do Brasil
- Game "Tá OSSO" - AEF - Brasil

Fonte: dados de pesquisa (2022).

O programa de Educação Previdenciária - PEP vinculado ao INSS é um programa do Governo Federal que conta com iniciativas acessíveis ao público jovem com o objetivo de disseminar o conhecimento previdenciário, como a Escola Virtual e um canal no YouTube. Além destas plataformas, são oferecidos cursos destinados a estudantes do ensino superior, Podcasts, um Glossário Previdenciário, palestras online e ações locais que são realizadas pelas equipes do PEP nas várias regiões do país.

Entre as ações do PEP, merece destaque o curso de educação previdenciária para profissionais da educação, lançado em 2021 e realizado na modalidade EAD em parceria com as Secretarias de Educação Estaduais e Municipais. O curso tem como público alvo específico,

alunos, professores e a comunidade escolar atuante na rede básica de ensino, na educação de jovens e adultos e no ensino técnico e tecnológico. Como objetivo principal, o curso busca a conscientização quanto ao papel da previdência social no combate à exclusão e às desigualdades sociais, como meio para chegar ao objetivo, propõe a educação previdenciária como estratégia de transversalidade dos conteúdos (currículo) abordados em sala de aula.

Outro programa existente é a ENEF, que mobiliza ações de educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal no Brasil. No programa nacional de educação financeira estão inseridas ações de educação previdenciária, dado que a educação financeira procura habilitar o indivíduo no que diz respeito à capacidade de gerenciar recursos financeiros, inclusive em uma perspectiva de longo prazo (aspecto previdenciário da educação financeira). Uma das diretrizes do ENEF é atuar com informação, orientação e formação, com destaque para a gratuidade das ações e prevalência do interesse público. A ENEF conta com orientações para a educação financeira nas escolas do ensino fundamental e médio, através de materiais didáticos digitais e cursos online, ambos coordenados pela Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF) – Brasil.

Outra iniciativa é o programa Aprender Valor, que se trata de uma mobilização do Banco Central do Brasil – BCB que tem o foco no desenvolvimento de habilidades e competências de educação financeira nos estudantes das escolas públicas brasileiras. O programa atua através de projetos escolares e da formação de professores e gestores, tendo como objetivo alcançar escolas e redes municipais e estaduais de educação de todo o país.

Por iniciativa de uma parceria entre a TV Escola, o canal do Ministério da Educação e a Associação de Educação Financeira (AEF), a educação financeira obteve também uma ferramenta tecnológica para disseminação do tema. Trata-se de um Game batizado de TÁ O\$\$\$O, que permite com que as pessoas aprendam assuntos relacionados ao tema, como administração financeira, brincando.

Conclui-se, portanto, que apesar de existirem programas e ações com o objetivo de levar a educação previdenciária aos diversos públicos, em especial aos jovens, percebe-se pelo que foi exposto nesta seção que esforços ainda são necessários para que a educação previdenciária seja mais debatida nas salas de aula e fora delas, ou seja, disseminada na sociedade como um todo.

Contudo, um dos objetivos deste trabalho consiste em investigar como a educação previdenciária é observada aos olhos dos discentes no ensino médio profissional, no sentido de ser trabalhada no processo de ensino e aprendizagem de forma transversal e contextualizada, haja visto que a Educação Profissional tem nos seus princípios norteadores orientações como,

o respeito para uma educação voltada para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, aspectos que se relacionam de alguma forma com a realidade previdenciária, uma vez que entre os objetivos da educação previdenciária está garantir que as pessoas tenham acesso a direitos sociais, como a previdência social.

Com isso, discutida a educação previdenciária no contexto da transversalidade dos conhecimentos na educação, será investigada a educação previdenciária como instrumento necessário para o exercício da cidadania.

3 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E CIDADANIA

Pode-se entender a educação previdenciária como a construção de conhecimentos que conduzem o indivíduo a compreensão do contexto previdenciário na vida real, envolvendo direitos relacionados à seguridade social previstos na constituição, o planejamento de longo prazo e a preparação para o futuro. Por outro lado, entende-se a cidadania como sendo o exercício efetivo dos direitos e deveres enquanto cidadãos. Portanto, neste capítulo será discutido o papel e a importância da educação previdenciária na condução do indivíduo ao exercício de direitos e deveres enquanto cidadão, isto é, a cidadania.

Segundo a literatura, o termo cidadania está sempre evoluindo no sentido de acompanhar também a evolução dos direitos dos cidadãos. Na constituição, a cidadania é apresentada logo no seu artigo primeiro como um dos seus fundamentos. Para Moraes e Kim (2013), a cidadania é um atributo relacionado ao cidadão, e este se refere ao indivíduo que goza de direitos e deveres em relação ao Estado, que analisando no contexto da constituição temos o seguinte entendimento,

Na análise do sentido constitucional de “cidadania”, observamos que o texto maior manteve o sentido original utilizado na Grécia clássica, este sob o sentido de “designar os direitos relativos ao cidadão”, ou seja, os direitos do indivíduo que vive na sociedade, hoje no campo ou nas cidades, onde participa ativamente de negócios e das decisões políticas. Cidadania pressupõe, portanto, todas as implicações decorrentes de uma vida em sociedade, em um país (MORAES; KIM, 2013, p. 26).

Por sua vez, Prigol (2020) investigando as finalidades do processo educativo brasileiro conclui que ele tem se guiado por três elementos, a liberdade, a solidariedade e a cidadania. Sendo assim, segundo o Ministério da Educação (2019), a educação básica no Brasil deve seguir

um processo educativo que permeie o ensino de conteúdos científicos, quer dizer, que busque também a ética, a cidadania, a formação de valores, a justiça e igualdade social.

Neste contexto, a educação num ponto de vista geral busca tornar o indivíduo apto ao exercício da cidadania, enquanto a educação previdenciária tem como objetivo a cidadania previdenciária, quer dizer, o exercício de direitos e deveres enquanto beneficiário do sistema previdenciário (MATOS, 2012). É importante destacar que o sistema previdenciário brasileiro consiste em um conjunto de dois sistemas, um básico (obrigatório) e outro complementar (facultativo).

Por outro lado, a previdência social é um direito social reconhecido pela constituição e está contido na seguridade social com o objetivo de garantir bem-estar e justiça social aos cidadãos. Desta forma, a seguridade social busca garantir bem-estar e justiça social por meio do direito à saúde, previdência e assistência social.

Nesta perspectiva, Santos (2016, p. 43) em seu estudo sobre a seguridade social ensina que “é com a proteção dada por uns dos institutos componentes da seguridade social que se garantem os mínimos necessários à sobrevivência com dignidade, à efetivação do bem-estar, à redução das desigualdades, que conduzem à justiça social.”

Evidencia-se, portanto, que a educação previdenciária está alinhada as finalidades e objetivos da educação brasileira, quanto à condução das pessoas ao exercício da cidadania, uma vez que proporciona aos indivíduos conhecimentos necessários para torna-los aptos ao exercício da cidadania no contexto previdenciário. Além do mais, contribui ajudando as pessoas a superarem dificuldades no meio previdenciário, como a linguagem burocrática (técnica), entre outros fatores.

No que se refere especificamente aos jovens, contribui na preparação para o mundo do trabalho, dado que estão em processo para ingressarem no mundo profissional, realidade onde os direitos e deveres previdenciários estarão presentes. Neste sentido, investigando a cidadania no contexto previdenciário, Matos (2012, p. 66) pondera “que reduzir as desigualdades sociais e o objetivo de garantir proteção aos mais desprovidos não é tarefa exclusiva do poder estatal, tal desafio exige a atuação do cidadão mediante o exercício de cidadania, em trabalho conjunto com o Estado.”

Com isso, a educação previdenciária demonstra ser um instrumento fundamental para o processo de condução do indivíduo ao exercício da cidadania, pois, o seu objetivo é justamente conscientiza-lo e contribuir no sentido de torna-lo capaz de analisar criticamente situações envolvendo direitos e deveres enquanto cidadão, contidos na realidade previdenciária. Contudo,

é importante destacar que deve existir um trabalho conjunto entre todas as partes envolvidas na busca pela justiça social, redução das desigualdades e cidadania através da educação. Como mostra a própria Constituição Federal - CF (1988, p. 77), “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Desta forma, pelo que foi exposto, percebe-se que diante da dinâmica social os direitos evoluem e juntamente com eles a forma de exercer a cidadania, o que demonstra a importância do indivíduo estar sempre em construção, no sentido de adquirir conhecimentos ao longo da vida, em especial quando jovem durante o processo educativo e construção profissional, pois, acredita-se ser este o caminho juntamente com a participação ativa na sociedade para o efetivo exercício da cidadania.

Neste sentido, a educação previdenciária se mostra uma aliada importante rumo ao exercício da cidadania na realidade previdenciária. Sendo assim, é através de uma participação ativa em sociedade e exercendo efetivamente a cidadania que as pessoas terão acesso à proteção social, que por sua vez é o caminho para reduzir desigualdades e conseqüentemente chegar à justiça social. Compreendido como a educação previdenciária se encaixa no contexto da cidadania, serão discutidos os procedimentos metodológicos que possibilitaram o desenvolvimento deste trabalho.

4 METODOLOGIA

O que torna o conhecimento científico diferente das demais formas de conhecimento é o fato de ser verificável, por outro lado, o que nos permite verificar o conhecimento científico (fim) é o método (meio) que foi utilizado para que chegássemos até ele, isto é, as técnicas e procedimentos (GIL, 2008). Nesta seção, serão apresentados os procedimentos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho.

A investigação do questionamento (pergunta) que orienta este trabalho foi realizada através de uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa - ação. O objetivo é analisar a percepção dos alunos do Curso Técnico em Edificações (IFPB) - Campus Itaporanga em relação à Educação Previdenciária como estratégia pedagógica no ensino médio profissional. Vale destacar, que o presente estudo ainda tem um caráter intervencionista, visto que também contribui (intervém)

na formação dos alunos na medida que provoca reflexões no que diz respeito à aspectos importantes da vida real, como o exercício da cidadania e a proteção financeira no futuro.

A abordagem qualitativa trata-se de uma pesquisa que utiliza a percepção humana como principal meio para se chegar ao entendimento de um fenômeno (STAKE, 2011). Quanto à pesquisa-ação, é uma investigação que busca proporcionar aos sujeitos envolvidos o caminho para solucionar questionamentos de forma transformadora e eficiente, tendo como suas principais características, o aspecto prático, o caráter intervencionista, a busca pela mudança em determinados contextos, a sua utilização em várias áreas do conhecimento (sobretudo na área da educação) e o foco no envolvimento coletivo (PICHETH; CASSANDRE; THIOLENT, 2016).

Por outro lado, segundo Damiani et al. (2013), a pesquisa de intervenção (pedagógica) trata-se de uma investigação que busca intervir no processo de ensino e aprendizagem em busca de inovações e avanços, possuindo características importantes, como o seu caráter aplicado e a sua semelhança com a pesquisa - ação. Adicionalmente, no que se refere aos objetivos específicos (meio para chegar ao objetivo geral), foi realizada também uma pesquisa bibliográfica. Neste contexto, foi realizado o levantamento de trabalhos que servissem de base para as discussões realizadas no estudo, como livros, dissertações, leis e artigos científicos.

Em relação à coleta dos dados, foi realizada por questionários de autoaplicação com perguntas fechadas, por meio de recursos da internet (Plataforma Google Forms). Desta forma, aplicados os questionários foi possível conhecer melhor e estudar a problemática. Para Vieira (2009), o questionário de autoaplicação enviado pela internet tem alguns aspectos positivos, como a facilidade na distribuição, a comodidade em relação ao tempo por parte do respondente e a não influencia por parte do pesquisador. Em contrapartida, existem alguns aspectos negativos, como a possibilidade de uma pessoa diferente da que recebeu o questionário responder à pesquisa ou simplesmente a pesquisa não ser respondida.

Ao final, foi possível realizar um cruzamento do que diz a literatura sobre o tema com as informações obtidas através dos questionários, permitindo desta forma correlacionar as informações e avaliar a investigação. Os passos que foram seguidos na elaboração deste estudo foram os seguintes: a identificação do tema e do questionamento da pesquisa; o planejamento inicial; a determinação dos recursos necessários; a preparação do ambiente; a aplicação dos questionários; a interpretação e discussão dos resultados; e por fim se deu a apresentação das considerações finais. Neste caso, a construção deste trabalho se deu por meio de sete etapas.

Sendo assim, de início foi feito o seguinte questionamento: qual a percepção dos alunos do Curso Técnico em Edificações do IFPB – Campus Itaporanga em relação à implementação do tema Educação Previdenciária no processo de ensino e aprendizagem no ensino médio profissional?

Desta forma, seguiram-se os próximos passos com intuito de responder o presente questionamento. Então, foi realizado o planejamento inicial, determinando que o trabalho aconteceria por meio de uma pesquisa qualitativa através de questionários (atividade) online via plataforma Google Forms e teria como foco os alunos do Curso Técnico em Edificações (integrado) do IFPB – Campus Itaporanga. Para ter acesso à atividade os alunos precisariam entrar com seus endereços de e-mails na plataforma de questionários online Google Forms. Assim, a pesquisa seria desenvolvida por meio de questionários com registro de respostas fechadas, onde os alunos responderiam de forma individual e uma única vez.

Nos questionários, primeiramente seriam abordadas perguntas relacionadas ao perfil dos alunos (dados sobre os alunos) e sobre educação previdenciária (de modo geral). Na etapa final, seria realizada uma abordagem pontual sobre a percepção dos alunos acerca da educação previdenciária como estratégia de ensino e aprendizagem no ensino médio profissional. Desta forma, seriam aplicados questionários com quatorze perguntas fechadas (objetivas) com intuito de compreender a percepção dos alunos em relação à educação previdenciária como estratégia de ensino e aprendizagem no ensino médio profissional.

Em seguida, determinou-se quais os recursos seriam necessários para a realização do presente estudo. Foi realizado o seguinte levantamento. Seria necessária a utilização do Word (processador de texto da Microsoft) para criação do questionário, que posteriormente seria construído na plataforma Google Forms. Assim, como os questionários seriam aplicados através da plataforma de questionários online Google Forms, exigiria que os estudantes tivessem acesso à internet através de computadores, smartphones ou outro equipamento que permitisse com que eles respondessem os questionários através do acesso à internet.

Determinado os recursos necessários, agora seria necessária a preparação do ambiente. Desta forma, foi criado um grupo virtual (em uma rede social) onde os alunos foram adicionados, se disponibilizaram a participar da pesquisa e tiveram acesso a informações sobre a mesma. Neste momento, também foi esclarecido como proceder para ter acesso e responder aos questionários via Google Form. Então, foi disponibilizado aos alunos um resumo com o tema da pesquisa e o seu objetivo geral, bem como, o endereço eletrônico (link) de acesso à plataforma de questionários Google Forms.

Na sequência, os questionários foram aplicados. Sendo assim, após a preparação do ambiente (antes da aplicação dos questionários) os alunos tiveram acesso aos questionários através dos seus endereços de e-mails de forma que pudessem responder às perguntas uma única vez. Os questionários foram estruturados em três aspectos. Primeiro, buscou-se informações relacionadas ao perfil dos alunos (dados sobre os alunos) através de quatro perguntas (1 a 4), abordando idade, sexo, série e ocupação, como podemos observar na figura 2.

Figura 2 - Estruturação dos questionários

- 1º Aspecto**
- Qual o seu sexo?
 - Qual é sua idade?
 - Que série você está cursando ou concluindo?
 - Você exerce alguma atividade remunerada (trabalho/estágio)?

Fonte: dados de pesquisa (2022).

Em um segundo momento, foi realizada uma abordagem inicial sobre educação previdenciária por meio de três perguntas (5 a 7), ressaltando que neste aspecto do questionário foi possível verificar se os alunos possuem algum conhecimento prévio em relação ao tema. Buscou-se verificar o nível de conhecimento (prévio) e interesse dos estudantes no que se refere à educação previdenciária, como podemos observar na figura 3.

Figura 3 - Estruturação dos questionários

- 2º Aspecto**
- Você sabe o que significa educação previdenciária?
 - Como você considera o seu nível de "conhecimento" em relação à educação previdenciária?
 - Qual o seu nível de "interesse" em informações relacionadas à educação previdenciária?

Fonte: dados de pesquisa (2022).

Em um terceiro e último momento, foram realizadas sete perguntas (8 a 14) com intuito de abordar especificamente a percepção dos alunos acerca da educação previdenciária como estratégia de ensino e aprendizagem no ensino médio profissional. Neste momento, foram realizadas perguntas sobre a importância (grau) do tema na sala de aula do ensino médio e que possibilitassem verificar se os alunos já tinham participado de alguma atividade envolvendo o tema, como podemos observar na figura 4.

Figura 4 - Estruturação dos questionários**3º Aspecto**

- Na sua opinião, que “grau de importância” você atribui à educação previdenciária no ensino médio profissional?
- O quanto você considera importante incluir atividades relacionadas à educação previdenciária nas aulas do ensino médio profissional?
- Se respondeu que considera importante a inclusão de atividades relacionadas à educação previdenciária no ensino médio profissional, por quê acha isso?
- Na sua opinião, para que serve uma boa educação previdenciária?
- Você acredita que ter mais conhecimento sobre educação previdenciária pode lhe trazer benefícios no futuro?
- Você já participou de algum curso (extensão por exemplo) ou atividade envolvendo educação previdenciária?
- Se respondeu que não, você tem interesse em participar de algum curso (extensão por exemplo) ou atividade envolvendo educação previdenciária?

Fonte: dados de pesquisa (2022).

Por fim, foram analisados os dados obtidos através do próprio Google Forms, onde já se encontra disponível após a finalização dos questionários um resumo e descritiva das informações, sendo possível analisa-las por meio de parâmetros como sexo, idade e série dos estudantes. Analisados os dados obtidos, foi possível realizar a discussão dos resultados e apresentar as considerações finais.

5 RESULTADOS DA PESQUISA

Considerando a importância da educação previdenciária para a vida dos indivíduos, no que se refere à proteção social, ao mundo do trabalho, ao exercício da cidadania, à inclusão e a justiça social, o presente estudo foi realizado afim de verificar como os alunos enxergam a possibilidade de incluir o tema educação previdenciária nas atividades em sala de aula. Sendo assim, os dados obtidos através dos questionários foram analisados e discutidos com intuito de compreender a percepção dos estudantes do curso técnico em edificações sobre a possibilidade do tema educação previdenciária (integrar) fazer parte do processo de ensino e aprendizagem no ensino médio profissional.

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos na investigação seguindo a forma como foram estruturadas as perguntas nos questionários de autoaplicação. Os questionários foram estruturados com quatorze perguntas fechadas (objetivas). As perguntas foram abordadas em três momentos. No primeiro momento, foram realizadas perguntas sobre o perfil dos alunos.

No segundo momento, foi realizada uma abordagem inicial sobre a educação previdenciária (de modo geral), e num terceiro e último momento, se deu uma abordagem específica sobre a educação previdenciária, com intuito de captar especificamente a percepção dos alunos sobre a educação previdenciária como estratégia de ensino e aprendizagem no ensino médio profissional.

Inicialmente, foi possível obter informações sobre o perfil dos alunos, como idade e série escolar. Portanto, esta pesquisa teve a participação de 15 estudantes do Curso Técnico em Edificações (integrado) do IFPB – Campus Itaporanga. Deste grupo amostral, 60% (9) corresponde a estudantes do sexo feminino e 40% (6) do sexo masculino, com idades entre 16 e 21 anos e em fase final de curso. Neste caso, 86,7% (13) dos participantes da pesquisa declararam está cursando o 3º ano. Vale destacar, que apenas 13,3% (2) dos estudantes declararam que exercem alguma atividade remunerada, como trabalho ou estágio.

Segundo literatura, alguns aspectos do perfil dos alunos (analisados) podem ser determinantes para os resultados obtidos, como o fato de estarem em final de curso e exercerem alguma atividade remunerada, isto é, o fato dos participantes da pesquisa já terem passado por todas as etapas formativas do curso e possuírem alguma visão real do mundo do trabalho. Neste sentido, Gomes et al. (2020), evidenciou em seu estudo que pessoas que estão no mercado de trabalho, ou seja, economicamente ativas, podem estar mais atentas a questões como o planejamento de longo prazo e a proteção financeira futura, cenário que pode ser explicado pela disponibilidade de recursos.

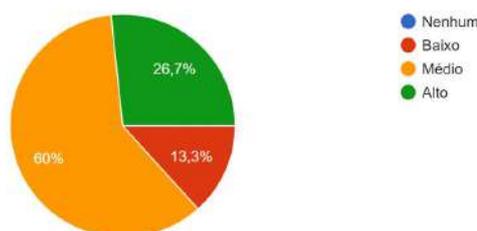
Num segundo momento, em uma abordagem inicial sobre a educação previdenciária, constatou-se que 46,7% (7) dos alunos responderam saber o que significa educação previdenciária e 53,3% (8) não saber. Por outro lado, 93,3% (14) dos alunos declararam ter algum nível de interesse em informações relacionadas à educação previdenciária, visto que 20% (3) afirmaram ter um nível alto de interesse, 40% (6) um nível médio, 33,3% (5) um nível baixo e 6,7% (1) nenhum interesse. Desta forma, evidencia-se o interesse dos alunos em informações sobre educação previdenciária, uma vez que mais da metade dos alunos participantes da pesquisa não sabem o que significa educação previdenciária e em sua grande maioria demonstram algum nível de interesse no tema.

Por fim, foi realizada uma abordagem específica sobre a percepção dos alunos acerca da Educação Previdenciária como estratégia de ensino e aprendizagem, que é o foco principal desta investigação. No gráfico 1, é possível observar alguns dos resultados obtidos.

Gráfico 1 - Percepção dos alunos

Na sua opinião, que "grau de importância" você atribui à educação previdenciária no ensino médio profissional?

15 respostas



Fonte: Plataforma Google Forms (2022).

Desta forma, evidenciou-se que 100% (15) dos estudantes consideram o tema (Educação Previdenciária) importante para o processo de ensino e aprendizagem, sendo que 26,7% (4) afirmaram que o tema tem um nível alto, 60% (9) um nível médio e 13,3% (2) um nível baixo de importância. Os resultados obtidos se alinham aos apresentados por Nascimento et al. (2017), que investigou 275 alunos no último ano do ensino médio com intuito de verificar como esses estudantes se comportam frente a desafios financeiros, entre eles, situações envolvendo a poupança, aspecto financeiro de longo prazo (previdenciário). A pesquisa mostra que os alunos declaram se sentirem preparados para tomar decisões envolvendo questões financeiras (consciência financeira) e que consideram o tema importante no ensino médio (NASCIMENTO et al., 2017).

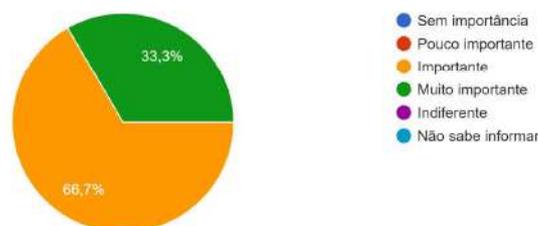
Por outro lado, Junior (2017), destaca a necessidade de colocar em evidência a importância da educação previdenciária e não apenas a educação financeira, uma vez que apesar da educação previdenciária fazer parte da educação financeira, nem sempre os recursos acumulados pelos indivíduos são destinados de fato a proteção financeira futura, ou seja, podem acabar sendo utilizados com outras finalidades.

É possível destacar ainda, que 66,7% (10) dos estudantes consideram importante e 33,3% (5) muito importante incluir atividades relacionadas à educação previdenciária nas aulas do ensino médio profissional, como observa-se no gráfico 2.

Gráfico 2 – Percepção dos alunos

O quanto você considera importante incluir atividades relacionadas à educação previdenciária nas aulas do ensino médio profissional?

15 respostas



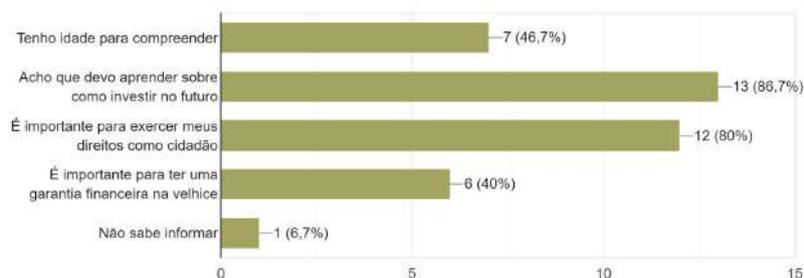
Fonte: Plataforma Google Forms (2022).

Como justificativa, foi observado que 86,7% (13) dos alunos afirmaram que consideram importante incluir o tema nas aulas porque devem aprender como investir no futuro e 80 % (12) porque consideram o tema importante para o exercício da cidadania, como se observa no gráfico 3.

Gráfico 3 – Percepção dos alunos

Se respondeu que considera importante a inclusão de atividades relacionadas à educação previdenciária no ensino médio profissional, por quê acha isso?

15 respostas



Fonte: Plataforma Google Forms (2022).

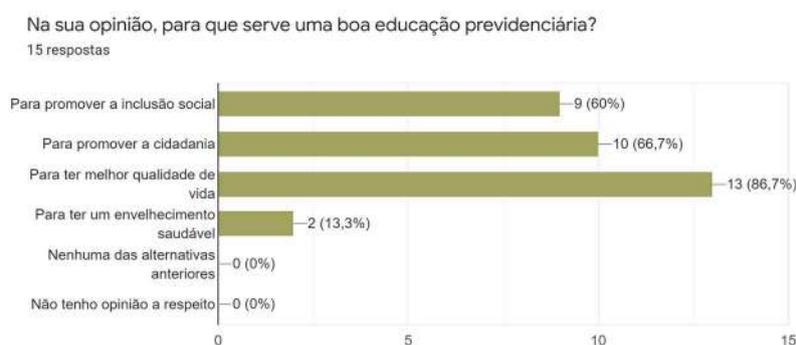
Neste contexto, Junior (2017) observou em seu estudo que o tema educação previdenciária ainda é pouco explorado na educação básica, entretanto, se trata de um assunto que funciona como estratégia pedagógica para se trabalhar várias áreas do conhecimento, como geografia, história e matemática. É importante ressaltar ainda, que é possível trabalhar estes assuntos de forma aplicada a situações do cotidiano envolvendo contextos relacionados à cidadania.

Em outro momento, Gomes et al. (2020) investigou a relação entre o nível de educação previdenciária e características socioeconômicas de 249 alunos e ex-alunos de uma

universidade, chegando à conclusão que existe um baixo nível de educação previdenciária para o grupo de estudantes participantes da pesquisa. Neste cenário, considerando se tratar de um grupo composto por pessoas de nível universitário e economicamente ativas, estas evidências podem sugerir a importância de incluir a educação previdenciária cada vez mais cedo na realidade escolar dos indivíduos.

Desta forma, ainda foi possível observar que 86,7 % (13) dos alunos declararam que a educação previdenciária serve para conseguirem ter uma melhor qualidade de vida no futuro, como mostra o gráfico 4.

Gráfico 4 – Percepção dos alunos



Fonte: Plataforma Google Forms (2022).

Finalmente, observou-se que 93,3% (14) dos estudantes declararam que nunca participaram de algum curso (extensão por exemplo) ou atividade envolvendo educação previdenciária e 66,7% (10) manifestaram interesse em participar de algum curso ou atividade envolvendo educação previdenciária.

Assim, diante do que foi apresentado é possível concluir que este estudo além de provocar reflexões nos estudantes sobre a educação previdenciária como estratégia pedagógica em sala de aula, também permite com que eles reflitam sobre os reflexos da educação previdenciária na vida real, no futuro e em relação à direitos e deveres enquanto cidadãos – cidadania. Por outro lado, os estudantes mostraram interesse em atividades pedagógicas e projetos de extensão voltados para o tema (educação previdenciária). Da mesma forma, consideram o tema educação previdenciária como uma forma de aprender a investir e ter uma melhor qualidade de vida no futuro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi realizado com o objetivo de investigar a percepção dos alunos do Curso Técnico em Edificações (IFPB) em relação implementação do tema Educação Previdenciária como estratégia pedagógica no ensino médio profissional. Como meio para a realização da investigação, foi utilizada uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa – ação, onde foram aplicados questionários com a participação dos alunos de forma que pudéssemos conhecer melhor (analisar) e estudar a problemática.

Desta forma, participaram da pesquisa 15 alunos, onde responderam questionários com 14 perguntas fechadas (objetivas). Sendo assim, os resultados da investigação atenderam aos objetivos propostos, evidenciando que todos os alunos consideram o tema (Educação Previdenciária) importante para o processo de ensino e aprendizagem, destacando que 66,7% (10) dos estudantes consideram importante e 33,3% (5) muito importante incluir atividades relacionadas à educação previdenciária nas aulas do ensino médio profissional.

Confrontados sobre o porquê de acharem o tema importante, 86,7% (13) afirmaram que o considera importante por entenderem que devem aprender como investir no futuro, por outro lado, 80% (12) apresentaram como justificativa o fato de considerarem o tema importante para o exercício da cidadania. No que se refere aos reflexos da educação previdenciária na vida real, 86,7 % (13) dos alunos declararam que a educação previdenciária serve para conseguirem ter uma melhor qualidade de vida no futuro.

Por fim, 93,3% (14) dos estudantes declararam que nunca participaram de algum curso (extensão por exemplo) ou atividade envolvendo educação previdenciária e 66,7% (10) manifestaram interesse em participar de algum curso ou atividade envolvendo educação previdenciária, evidenciando, que a maior parte dos alunos se mostraram motivados em participar de atividades pedagógicas em sala envolvendo o tema (educação previdenciária).

Neste sentido, espera-se que o presente estudo contribua não apenas através de uma intervenção na formação dos alunos, no sentido de provoca-los a refletirem sobre a importância da educação previdenciária e como ela pode impactar nas suas vidas, quanto a questões como o acesso a direitos sociais garantidos pela constituição (cidadania) e a preparação para as incertezas da vida (futuro), mas também, trazendo à tona o debate sobre a importância de integrar o tema educação previdenciária aos conteúdos trabalhados em sala de aula na educação básica, em especial no ensino médio profissional.

Portanto, como sugestões para futuras pesquisas, fica a possibilidade de aplicação de uma atividade prática envolvendo os alunos com o objetivo de verificar a concepção em relação ao planejamento de longo prazo, se entendem a dinâmica demográfica e suas implicações, suas

habilidades com cálculos financeiros, entre outras possibilidades. Do mesmo modo, investigar como oficinas, ações de extensão ou atividades educacionais envolvendo a educação previdenciária contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas ao tema e a outras temáticas da educação básica, como matemática financeira, cidadania, o mundo do trabalho, demografia e estatística. É importante destacar, que atividades deste tipo podem não apenas implicar em uma intervenção pedagógica no processo de formação dos alunos, mas também levar o conhecimento previdenciário à comunidade como um todo.

REFERÊNCIAS

BERWANGER, J. L. W. **A necessária educação previdenciária: a lei de acesso à informação e o exercício da cidadania**. Caderno pedagógico, Lajeado – RS, v. 11, n. 2, p. 86-101, 2014.

BRASIL. Lei n.9.394 dez. 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, 20 dez. 1996. p.1.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de cidadania financeira**. Relatório. Brasília, 2021.

BRASIL. Lei n.10.741 out. 2003. **Dispõe sobre o estatuto do idoso e dá outras providências**. Brasília, 1 out. 2003. p.1.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 52. ed. Brasília, Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p. 8-252, 2017.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2021, Brasília. **Comissão de sistematização e monitoramento**, 2021. 64 p.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução n. 1 de 5 jan.2021**. Diário Oficial da União, Brasília, 6 de janeiro de 2021, Seção 1, p. 19-23.

DANTE, L. R. **Teláris matemática, 9º ano: ensino fundamental, anos finais**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2018.

DAMIANI, M. F. et al. **Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica**. Cadernos de Educação, Pelotas, 2013. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i45.3822>.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, D. V. et al. **Educação previdenciária e as mudanças na previdência social: análise dos alunos e egressos de uma instituição de ensino superior**. Revista Mineira de Contabilidade, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 59-69, 2020. DOI: <https://doi.org/10.51320/rmc.v21i2.1089>.

JUNIOR, J. E. V. **Matemática e Educação Previdenciária**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional) – UFBA/BA, 2017.

KISTEMANN, M. A.; SOUZA, F. S. **Educação financeira e educação estatística**. Nova Xavantina: Pantanal, 2021. DOI: <https://doi.org/10.46420/9786581460105>.

MATOS, M. A. **Educação Previdenciária como Exercício de Cidadania**. 2012. 110 f. Dissertação (Mestrado em Direito das Relações Sociais) – PUC/SP, 2012.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução Eloá Jacobina. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORAES, A.; KIM, R. P. **Cidadania: o novo conceito jurídico e a sua relação com os direitos fundamentais individuais e coletivos**. São Paulo: Atlas, 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Temas contemporâneos transversais na bncc: contexto histórico e pressupostos pedagógicos**. 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf. > Acesso em: mar. 2022.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Informe de previdência social**. Brasília - DF, v. 33, n. 3, p. 2-42, 2021.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Boletim estatístico da previdência social**. Brasília - DF, v. 26, n. 11, p. 5-59, 2021.

NASCIMENTO, B. G. S. et al. **Comportamento financeiro do consumidor: educação financeira de alunos de ensino médio em escolas públicas e privadas**. Revista Pesquisa em Administração, Caruaru, v. 1, n. 1, p. 22-39, 2017.

OECD/INFE. **Core competencies framework on financial literacy for youth**. 2015.

Disponível em: < <https://www.oecd.org/finance/Core-Competencies-Framework-Youth.pdf>. >
Acesso em: mar. 2022.

PRIGOL, E. L. **Transversalidade na educação**. 1. ed. Curitiba: Iesde, 2020.

PICHETH, S. F.; CASSANDRE, M. P.; THIOLENT, M. J. M. **Analisando a pesquisa-ação à luz dos princípios intervencionistas: um olhar comparativo**. Educação, Porto Alegre, v. 39, n. esp, 2016. DOI: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2016.s.24263>.

PREVIC. **Educação previdenciária: diagnóstico e boas práticas**. 2021. Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/orgaos/entidades-vinculadas/autarquias/previc/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/estudo-sobre-educacao-previdenciaria-nas-efpc/estudo-sobre-educacao-previdenciaria-nas-efpc-1-0.pdf>. > Acesso em: mar. 2022.

SIEGEL, N. **Temas transversais**. 2. ed. Ed. Indaial: Uniasselvi, 2012.

SCZIMINSKI, T. F. J.; ARRUDA, M. P. **Educação previdenciária como forma social de conhecimento: a reforma do pensamento**. In: XII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2015, PUCPR. p. 34195 - 34208.

SANTOS, M. F. **Direito previdenciário esquematizado**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Tradução Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011.

SEBRAE PREVIDÊNCIA. **Educação Previdenciária: planeje seu futuro**. Brasília, 2012.
Disponível em: < https://www.sebraeprevidencia.com.br/wp-content/uploads/2014/01/Cartilha-Educacao_Previdenciaria.pdf. > Acesso em: mar. 2022.

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários**. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Instrumento de Coleta de Dados – Questionário



PESQUISA SOBRE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a percepção dos alunos do ensino médio profissional em relação à inclusão da educação previdenciária no processo de ensino e aprendizagem. Gostaríamos de contar com a sua colaboração, respondendo algumas perguntas que levarão somente alguns minutos. Suas respostas não serão analisadas individualmente, de modo que será mantido total sigilo quanto às suas opiniões.

1. Qual o seu sexo?

- Masculino
 Feminino
 Outro
 Prefiro não dizer

2. Qual é sua idade?

- Menos de 16 anos
 De 16 a 18 anos
 De 19 a 21 anos
 De 22 a 25 anos
 De 26 a 30 anos
 Mais de 31 anos

3. Que série você está cursando ou concluindo?

- Primeiro ano – 1º
 Segundo ano – 2º
 Terceiro ano – 3º
 Quarto ano – 4º

4. Você exerce alguma atividade remunerada (trabalho/estágio)?

- Sim Não

5. Você sabe o que significa educação previdenciária?

- Sim Não

6. Como você considera o seu nível de “conhecimento” em relação à educação previdenciária?

- Péssimo Ruim Regular Bom Ótimo

7. Qual o seu nível de “interesse” em informações relacionadas à educação previdenciária?

- Nenhum Baixo Médio Alto

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

8. Na sua opinião, que “grau de importância” você atribui à educação previdenciária no ensino médio profissional?

- Nenhum Baixo Médio Alto

9. O quanto você considera importante incluir atividades relacionadas à educação previdenciária nas aulas do ensino médio profissional?

- Sem importância
 Pouco importante
 Importante
 Muito importante
 Indiferente
 Não sabe informar

10. Se respondeu que considera importante a inclusão de atividades relacionadas à educação previdenciária no ensino médio profissional, por quê acha isso?

- Tenho idade para compreender
 Acho que devo aprender sobre como investir no futuro
 É importante para exercer meus direitos como cidadão
 É importante para ter uma garantia financeira na velhice
 Não sabe informar

11. Na sua opinião, para que serve uma boa educação previdenciária?

- Para promover a inclusão social
 Para promover a cidadania
 Para ter melhor qualidade de vida
 Para ter um envelhecimento saudável
 Nenhuma das alternativas anteriores
 Não tenho opinião a respeito

12. Você acredita que ter mais conhecimento sobre educação previdenciária pode lhe trazer benefícios no futuro?

- Sim Não

13. Você já participou de algum curso (extensão por exemplo) ou atividade envolvendo educação previdenciária?

- Sim Não

14. Se respondeu que não, você tem interesse em participar de algum curso (extensão por exemplo) ou atividade envolvendo educação previdenciária?

- Sim Não

EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários



Documento Digitalizado Restrito

TCC - ARTIGO

Assunto: TCC - ARTIGO
Assinado por: Manoel Filho
Tipo do Documento: Anexo
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Restrito
Hipótese Legal: Informação Pessoal (Art. 31 da Lei no 12.527/2011)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Manoel Pereira Lima Filho, ALUNO (202027410032) DE ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA - CAMPUS CABEDELLO**, em 13/07/2022 19:43:37.

Este documento foi armazenado no SUAP em 13/07/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 570578
Código de Autenticação: 4ac4aca17b

